

Jaime Barreiros Neto



COLEÇÃO
sinopses
PARA CONCURSOS

Coordenação
Leonardo Garcia

40

DIREITO ELEITORAL

12^a
EDIÇÃO

REVISTA
ATUALIZADA
AMPLIADA

2022

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Ana Paula Lopes Corrêa (aninha_lopescorrea@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

N469d Direito eleitoral/ Jaime Barreiros Neto – 12. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Juspodivm, 2022.

496 p. (Sinopses para concursos, v. 40 / Coordenador Leonardo de Medeiros Garcia)

Bibliografia.

ISBN 978-85-442-3616-1.

1. Direito. 2. Direito eleitoral. I. Neto, Jaime Barreiros. II. Título.

CDD 341.2813

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

CAPÍTULO 1 ▶ DIREITO ELEITORAL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	21
1. Conceito, objeto e objetivos do Direito Eleitoral	21
2. A democracia como condição basilar para a existência do Direito Eleitoral	22
2.1. Espécies de democracia	24
2.2. Institutos da democracia participativa	25
2.2.1. O plebiscito para a divisão do Pará	27
3. A garantia da legitimidade do exercício do poder de sufrágio popular como objetivo do Direito Eleitoral	29
4. O deferimento de mandatos políticos como pressuposto da representação política	33
5. O Direito Eleitoral como microsistema jurídico e as suas relações com outros ramos do Direito	35
6. As fontes do Direito Eleitoral	38
6.1. Constituição Federal de 1988	39
6.2. Código Eleitoral (Lei nº. 4.737, de 15/07/1965)	39
6.3. Lei das Eleições (Lei nº. 9.504/97)	40
6.4. Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar nº. 64/90)	40
6.5. Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral	41
6.6. Consultas a TSE e TRES	42
7. Princípios do Direito Eleitoral	43
7.1. A distinção entre princípios e regras	43
7.2. Princípio da lisura das eleições	44
7.3. Princípio do aproveitamento do voto	44
7.4. Princípio da celeridade	45
7.5. Princípio da anualidade	46
7.5.1. O princípio da anualidade eleitoral e a Emenda Constitucional nº 107	49
7.6. Princípio da moralidade eleitoral	49
Capítulo 2 ▶ OS SISTEMAS ELEITORAIS	55
1. Introdução	55
2. Os sistemas eleitorais e as suas espécies	55
2.1. O sistema eleitoral majoritário	56
2.1.1. Os votos brancos e nulos e a questão da nulidade das eleições	58
2.2. O sistema eleitoral proporcional	59
2.3. A questão do voto distrital	61

2.4. O sistema eleitoral misto	61
3. A equação da reforma legislativa de 2017 e a engenharia dos sistemas eleitorais no Brasil: a fragmentação partidária como raiz.....	63
4. Considerações finais	72

Capítulo 3 ► OS PARTIDOS POLÍTICOS

1. Introdução	75
2. Os partidos políticos na Constituição Federal de 1988.....	76
3. Os partidos políticos na Lei nº 9.096/95	78
3.1. Disposições preliminares	78
3.2. Da criação e do registro dos partidos políticos.....	81
3.3. Da fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.....	85
3.4. O funcionamento parlamentar e a cláusula de barreira.....	88
3.5. Do programa e do estatuto dos partidos políticos.....	90
3.6. Responsabilidade civil e trabalhista dos órgãos partidários	90
3.7. Disciplina e fidelidade partidárias.....	91
3.8. Da filiação partidária.....	101
3.8.1. A Resolução TSE nº 23.596/19 e a criação do Sistema FILIA	105
3.9. Das finanças e contabilidades dos partidos políticos.....	108
3.10. Do fundo partidário.....	113
3.11. Do acesso gratuito ao rádio e à TV.....	118
4. As coligações partidárias	121
5. A Lei 14.208/21 e a possibilidade de criação de federações partidárias	125
6. As fundações e institutos mantidos pelos partidos políticos.....	128

Capítulo 4 ► JUSTIÇA ELEITORAL

1. Notas introdutórias.....	131
2. Funções da Justiça Eleitoral.....	131
2.1. Função jurisdicional da Justiça Eleitoral	132
2.2. Função executiva da Justiça Eleitoral.....	133
2.3. Função legislativa (normativa) da Justiça Eleitoral.....	135
2.4. Função consultiva da Justiça Eleitoral.....	136
3. Organização e competência da Justiça Eleitoral.....	137
3.1. O Tribunal Superior Eleitoral	138
3.2. Os tribunais regionais eleitorais	141
3.3. Os juízes eleitorais e a divisão geográfica da Justiça Eleitoral de primeira instância.....	145
3.4. As juntas eleitorais.....	147

Capítulo 5 ► MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

1. Notas introdutórias.....	149
-----------------------------	-----

2. Princípios institucionais do Ministério Público Eleitoral	150
2.1. Princípio da federalização	150
2.2. Princípio da delegação	151
2.3. Princípio da excepcionalidade	151
3. Organização e atribuições do Ministério Público Eleitoral	152
4. O exercício de atividade político-partidária por membros do Ministério Público	155

Capítulo 6 ► ALISTAMENTO ELEITORAL E AQUISIÇÃO DA CAPACIDADE POLÍTICA..... 157

1. A capacidade política: conceito e noções preliminares	157
2. A aquisição da nacionalidade brasileira	158
3. O alistamento eleitoral e a gestão do cadastro eleitoral	161
3.1. Diferença entre alistamento, transferência, revisão e segunda via	167
3.2. Documentos necessários para o alistamento eleitoral	168
3.3. O alistamento eleitoral no Código Eleitoral: principais informações	170
4. O domicílio eleitoral	172
4.1. Transferência do domicílio eleitoral	174
5. Do título eleitoral	174
6. Do batimento de dados biográficos e de dados biométricos	175
7. Correção e revisão do eleitorado e procedimento revisional	177
8. Perda e suspensão dos direitos políticos	178
8.1. A suspensão dos direitos políticos por incapacidade civil absoluta e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº. 13.146/15)	180
8.2. A suspensão dos direitos políticos em virtude de condenação criminal transitada em julgado	185
8.3. Suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa	187

Capítulo 7 ► CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS E REGISTRO DE CANDIDATURAS 189

1. Notas introdutórias	189
2. Das convenções para a escolha de candidatos a cargos eletivos	190
2.1. As espécies de convenções partidárias	191
2.2. As alterações na disciplina das convenções partidárias promovidas pela Lei nº. 12.034/09	191
2.3. As convenções e a questão dos prazos de filiação partidária e domicílio eleitoral	192
2.4. A questão da candidatura nata	194
3. Do registro de candidatos	195
3.1. A questão do número máximo de candidatos a serem registrados por cada partido político ou coligação partidária	195
3.2. A questão do preenchimento mínimo de vagas para cada sexo	196
3.3. Documentos necessários para a promoção do registro de candidatura	197

3.4. A polêmica em torno do conceito de quitação eleitoral	200
3.5. A questão da obrigatoriedade de registro das propostas de candidatos a prefeito, governador e presidente da República	201
3.6. O requerimento individual de candidatura	202
3.7. O momento correto para a aferição das condições de elegibilidade e causas de inelegibilidade.....	203
3.8. O registro <i>sub judice</i> de candidato impugnado e a teoria da “conta e risco”	204
3.9. A situação de candidatos expulsos dos seus partidos políticos após o registro da candidatura	207
3.10. Identificação numérica e variação nominal dos candidatos.....	207
3.11. A substituição de candidatos após o término do prazo de registro de candidaturas.....	209
4. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	212
Capítulo 8 ► CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE E CAUSAS DE INELEGIBILIDADE	213
1. Notas introdutórias: a distinção entre condições de elegibilidade e inelegibilidade	213
2. As condições de elegibilidade previstas na Constituição de 1988.....	217
3. As causas de inelegibilidade: Noções conceituais e classificação	219
4. Hipóteses de inelegibilidades previstas na Constituição Federal de 1988.....	220
4.1. Os inalistáveis e os analfabetos.....	220
4.2. A questão da reeleição para cargos executivos	222
4.3. A necessidade de desincompatibilização do presidente da república, governadores e prefeitos a fim de concorrerem a outros cargos	223
4.4. A questão da inelegibilidade reflexa prevista no § 7º do artigo 14 da CF/88	225
5. Hipóteses de inelegibilidade previstas na Lei Complementar nº. 64/90 e a Lei da Ficha Limpa.....	228
5.1. A “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/10) e as alterações por ela propiciadas na Lei das Inelegibilidades (LC 64/90).....	228
5.2. Situações hipotéticas de inelegibilidades previstas na LC 64/90	234
5.2.1. A inelegibilidade dos inalistáveis, dos analfabetos e dos parlamentares com mandatos cassados	234
5.2.2. A inelegibilidade de governadores, prefeitos e seus vices por violação a dispositivo de Constituição Estadual, Lei Orgânica do DF ou de município.....	236
5.2.3. A inelegibilidade em virtude de condenação em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político.....	237
5.2.4. A inelegibilidade em virtude da prática de crimes (art. 1º, I, “e” da LC 64/90).....	238
5.2.5. A inelegibilidade em virtude de incompatibilidade ou indignidade do oficialato.....	240

5.2.6. A inelegibilidade em virtude de rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas por irregularidade insanável e a Súmula nº. 01 do TSE	240
5.2.7. As novas hipóteses de inelegibilidades instituídas pela Lei da Ficha Limpa: as alíneas “j” a “q” do inciso I do art. 1º da LC 64/90.....	242
6. A LC 64/90 e as previsões de prazos de desincompatibilização de titulares de determinados cargos ou funções como requisito para a disputa de mandatos eletivos	243
6.1. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de seis meses antes do pleito.....	245
6.2. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de quatro meses antes do pleito.....	246
6.3. Situações em que o prazo de desincompatibilização exigido é de três meses antes do pleito.....	246
7. Bloco de constitucionalidade e a questão da inconveniência de dispositivos da Lei da Ficha Limpa.....	248

Capítulo 9 ► ARRECADAÇÃO DE RECURSOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS 255

1. Notas introdutórias.....	255
2. A administração financeira das campanhas eleitorais.....	257
3. As doações realizadas por pessoas físicas para campanhas eleitorais.....	261
4. O fim das doações financeiras de pessoas jurídicas nas campanhas eleitorais e os novos tetos de gastos de campanhas	264
5. Receitas vedadas a candidatos e partidos políticos em campanha eleitoral.....	267
6. O fundo especial de financiamento de campanhas (FEFC).....	268
7. Da prestação de contas nas campanhas eleitorais.....	272
7.1. A verificação da regularidade das contas pela Justiça Eleitoral.....	278
7.2. A representação do artigo 30-A da Lei nº. 9.504/97.....	280
7.3. As sobras de campanhas eleitorais.....	281

Capítulo 10 ► PESQUISAS ELEITORAIS E PROPAGANDA POLÍTICA..... 283

1. Notas introdutórias.....	283
2. As pesquisas eleitorais.....	283
3. A propaganda política	287
3.1. Princípios da propaganda política	288
3.2. As espécies de propaganda política.....	289
4. Da propaganda eleitoral em geral.....	295
4.1. O importante art. 37 da Lei das Eleições.....	295
4.2. A propaganda eleitoral dos candidatos a vice e a suplentes de senador.....	298
4.3. A distribuição de folhetos, volantes e outros impressos na campanha eleitoral	299

4.4. A realização de comícios e showmícios e a utilização de alto-falantes, amplificadores de som e trios elétricos nas campanhas eleitorais	300
4.5. As vedações à boca-de-urna e a questão da manifestação individual e silenciosa do eleitor no dia da eleição	302
4.6. A vedação ao uso, na propaganda eleitoral, de símbolos, frases ou imagens associadas ou semelhantes às empregadas por órgãos de governo, empresas públicas ou sociedades de economia mista	304
4.7. O artigo 41 da Lei nº. 9.504/97 e o exercício do poder de polícia na propaganda eleitoral	305
4.8. Propaganda política, pandemia e Emenda Constitucional 107	305
5. Da propaganda eleitoral mediante outdoors.....	309
6. Da propaganda eleitoral na imprensa escrita.....	310
7. Da propaganda eleitoral no rádio e na televisão.....	311
7.1. As vedações impostas pela legislação às emissoras de rádio e televisão durante o período eleitoral.....	312
7.2. Os debates eleitorais no rádio e na TV	313
7.3. O horário eleitoral gratuito	316
8. Da propaganda eleitoral na internet.....	320
9. Do direito de resposta	324
9.1. Direito de resposta em virtude de ofensa promovida na internet.....	326
9.2. Considerações finais sobre o direito de resposta	327
10. A representação por propaganda eleitoral irregular (art. 96 da lei nº. 9.504/97).....	328
11. Quadro-resumo: o que pode e o que não pode na propaganda eleitoral.....	328

Capítulo 11 ► ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES, GARANTIAS ELEITORAIS E DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

1. Notas introdutórias.....	333
2. A organização das seções eleitorais e das mesas receptoras de votos.....	333
2.1. A organização das seções eleitorais.....	333
2.2. A organização das mesas receptoras de votos.....	335
3. Do sistema eletrônico de votação e da totalização dos votos.....	337
3.1. O início e o encerramento da votação	338
3.2. Documentos necessários à identificação do eleitor.....	338
3.3. O voto em separado e sua previsão no Código Eleitoral	339
3.4. A questão da impossibilidade de conclusão do procedimento de votação pelo eleitor.....	340
3.5. A questão do voto em trânsito para presidente da república.....	340
3.6. A votação por cédulas.....	342
3.7. As recentes reformas eleitorais e a adoção do voto impresso nas eleições.....	343
3.8. Nulidades na votação.....	347

3.9. Fiscalização e auditoria do sistema eletrônico de votação.....	350
4. Justificativa de não comparecimento à eleição.....	352
5. A fiscalização das eleições.....	354
6. A questão da contratação de cabos eleitorais durante a campanha	355
7. Garantias eleitorais	356
8. A apuração e a proclamação dos resultados.....	357
8.1. A apuração da votação por meio de cédulas.....	359
9. A diplomação e a posse dos eleitos.....	360

Capítulo 12 ► ABUSO DE PODER NAS ELEIÇÕES, CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHAS ELEITORAIS E COMBATE À VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER **363**

1. Noções introdutórias	363
2. Condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais	368
2.1. Condutas vedadas previstas nos incisos I a IV do art. 73 da Lei das Eleições.....	368
2.2. As condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e o inciso V do art. 73 da Lei das Eleições	371
2.3. Condutas vedadas aos agentes públicos nos três meses anteriores ao pleito (art. 73, VI da Lei das Eleições).....	372
2.4. Vedação à realização de despesas com publicidade que excedam a média de gastos	374
2.5. A questão da revisão geral da remuneração de servidores públicos em ano eleitoral	375
2.6. Consequências advindas do descumprimento das normas do artigo 73 da Lei das Eleições	375
2.7. O artigo 74 da Lei das Eleições e a possibilidade de cassação de diploma de candidato violador do artigo 37, § 1º da Constituição Federal.....	376
2.8. A questão da vedação de contratação de shows artísticos pagos com recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições	376
2.9. A questão da presença de candidatos em inaugurações públicas	376
2.10. A representação por prática de conduta vedada prevista no art. 96 da Lei nº. 9.504/97.....	377
3. A captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei das Eleições).....	378
4. A questão do fornecimento gratuito de transporte e alimentação em dias de eleição	381
4.1. O transporte dos eleitores no dia da eleição	381
4.2. O oferecimento de refeições a eleitores no dia da eleição	382
5. Combate à violência política contra a mulher.....	383

Capítulo 13 ► AÇÕES E RECURSOS ELEITORAIS **385**

1. Notas introdutórias.....	385
-----------------------------	-----

2. Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	385
2.1. Legitimidade ativa para a AIRC	385
2.2. Legitimidade passiva para a AIRC	387
2.3. Prazo para a interposição da AIRC	387
2.4. Competência para o processamento e julgamento da AIRC	388
2.5. Procedimento da AIRC	388
3. Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	390
3.1. Legitimidade ativa e passiva para a AIJE.....	390
3.2. Prazo para a interposição da AIJE	391
3.3. Competência para o processamento e julgamento da AIJE	392
3.4. Procedimento da AIJE	392
3.5. Efeitos da procedência da AIJE	394
4. Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	395
4.1. Objeto e previsão constitucional da AIME	395
4.2. Competência para o processamento de julgamento da AIME	396
4.3. Legitimidade ativa e passiva para a AIME.....	396
4.4. Procedimento adotado na AIME.....	397
4.5. A questão da possibilidade de litispendência entre AIJE, AIME e RCD.....	397
5. A representação do art. 96 da Lei nº 9.504/97	397
5.1. Rito processual da representação prevista no art. 96 da Lei das Eleições.....	398
6. Representação por Captação Ilícita de Sufrágio	399
7. Representação para a apuração de arrecadação e gastos ilícitos (Captação ilícita de recursos: art. 30-A da Lei das Eleições).....	401
8. Recurso Contra a Diplomação (RCD)	402
8.1. A legitimidade ativa e passiva para o RCD.....	404
8.2. Algumas questões processuais referentes ao RCD.....	405
9. Ação Rescisória Eleitoral	406
9.1. Pressupostos da Ação Rescisória Eleitoral	406
9.2. A questão da possibilidade de concessão de tutela antecipada em sede de ação rescisória eleitoral	408
10. Teoria geral dos recursos eleitorais	408
11. Os recursos eleitorais em espécie	411
11.1. Recursos contra decisões de Junta Eleitoral	411
11.2. Recursos contra decisões de juiz eleitoral.....	411
11.3. Recursos contra decisões de tribunal regional eleitoral	412
11.4. Recursos contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral.....	415
12. A Lei 13.165/15 e as alterações promovidas na matéria processual eleitoral	416
13. Breves considerações sobre a aplicação do CPC/2015 ao processo eleitoral.....	418

Capítulo 14 ▶ CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	425
1. Notas introdutórias.....	425
2. O Processo penal eleitoral.....	425
2.1. A instauração do processo penal eleitoral e o inquérito policial eleitoral.....	425
2.2. A fase de conhecimento do processo penal eleitoral.....	427
2.3. Competência para o processamento e o julgamento dos crimes eleitorais.....	428
2.3.1. A competência em razão do lugar.....	428
2.3.2. A competência em razão do domicílio ou residência do réu.....	428
2.3.3. A competência em razão da matéria	428
2.3.4. A competência em razão da pessoa	429
2.3.5. As hipóteses de existência de conexão e continência.....	431
2.4. A revisão criminal eleitoral.....	433
2.5. O Pacote anticrime, o juiz de garantias e sua aplicação ao processo eleitoral.....	434
3. Os crimes eleitorais.....	436
3.1. Dos crimes concernentes à formação do corpo eleitoral.....	437
3.2. Crimes eleitorais relativos à formação e funcionamento dos partidos políticos.....	439
3.3. Os crimes eleitorais em matéria de inelegibilidade	440
3.4. Os crimes eleitorais concernentes à propaganda eleitoral.....	440
3.5. Os crimes relativos à votação.....	447
3.6. Crimes eleitorais pertinentes à garantia do resultado legítimo das eleições.....	453
3.7. Crimes concernentes à organização e funcionamento dos serviços eleitorais.....	456
3.8. Crimes contra a fé pública eleitoral	459
Anexo 1 ▶	
SÚMULAS DO TSE.....	463
Anexo 2 ▶	
TESES DE REPERCUSSÃO GERAL DO STF NO ÂMBITO DO DIREITO ELEITORAL.....	471
a) Princípios do direito eleitoral: princípio da anualidade.....	471
b) Ministério Público Eleitoral.....	471
c) Elegibilidade e inelegibilidade	471
D) Liberdade de reunião e propaganda política	473
Anexo 3 ▶	
RESOLUÇÃO Nº 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016.....	475
REFERÊNCIAS.....	481